

Alerta Legislação nº 27, de 05 a 10 jul. 2021

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<u>DECRETO Nº 10.742, DE 5 DE JULHO DE 2021</u> Regulamenta a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares. <u>DECRETO Nº 10.740, DE 5 DE JULHO DE 2021</u> Prorroga o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.
Governo do Estado de São Paulo
<u>DECRETO Nº 65.856, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e as medidas transitórias, de caráter excepcional, instituídas pelo Decreto nº 65.635, de 16 de abril de 2021, e dá providências correlatas SECRETARIA DA EDUCAÇÃO <u>RESOLUÇÃO SEDUC-59, DE 7-7-2021</u> Dispõe sobre a retomada presencial das atividades laborais no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/07/2021	<u>DECRETO Nº 10.744, DE 8 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a qualificação de trechos da Ferrovia de Integração Oeste-Leste no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. <u>DECRETO Nº 10.743, DE 8 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor de transporte portuário no âmbito do Programa de

	Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
07/07/2021	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.057, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Institui o Programa de Estímulo ao Crédito e dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias.
06/07/2021	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.056, DE 5 DE JULHO DE 2021</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 20.272.300.000,00, para o fim que especifica. <u>DECRETO Nº 10.742, DE 5 DE JULHO DE 2021</u> Regulamenta a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares. <u>DECRETO Nº 10.741, DE 5 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a inclusão de terminais pesqueiros públicos no Programa Nacional de Desestatização. <u>DECRETO Nº 10.740, DE 5 DE JULHO DE 2021</u> Prorroga o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 50, DE 2021</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.035, de 5 de março de 2021, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Infraestrutura, no valor de R\$ 275.000.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de julho de 2021. Congresso Nacional, em 8 de julho de 2021 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 2021</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.052, de 19 de maio de 2021, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e a Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 8 de julho de 2021 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2021

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.051, de 18 de maio de 2021](#), publicada no Diário Oficial da União, e retificada, no dia 19, do mesmo mês e ano, que "Institui o Documento Eletrônico de Transporte e altera a [Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007](#), a [Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018](#), a [Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001](#), e a [Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968](#)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 8 de julho de 2021

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 47, DE 2021

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.050, de 18 de maio de 2021](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 19, do mesmo mês e ano, que "Altera a [Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985](#), e a [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#) - Código de Trânsito Brasileiro", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 8 de julho de 2021

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 46, DE 2021

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.049, de 14 de maio de 2021](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 17, do mesmo mês e ano, que "Cria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear e altera a [Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962](#), a [Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974](#), a [Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993](#), a [Lei nº 9.765, de 17 de dezembro de 1998](#), a [Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977](#), e a [Lei nº 10.308, de 20 de novembro de 2001](#)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 8 de julho de 2021

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**MINISTÉRIOS E
OUTROS ÓRGÃOS
DA UNIÃO**

MARGINÁLIA FEDERAL

**Presidência da
República (PR)**

CONSELHO DE GOVERNO

→ Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)

	<u>RESOLUÇÃO CTE-CMED Nº 8, DE 2 DE JULHO DE 2021</u> Estabelece procedimentos para a análise dos Documentos Informativos de Preço referentes aos pedidos de precificação de medicamentos novos' e vacinas contra a Covid-19 no âmbito da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED); e revoga a Resolução CTE-CMED nº 06, de 21 de dezembro de 2020, e a Resolução CTE-CMED nº 05, de 27 de maio de 2021.
Ministério do Desenvolvimento Regional	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Altera a Instrução Normativa n. 44, de 21 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação para o exercício de 2021.
Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL → Área de Política Monetária → Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 122, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Divulga relação das instituições financeiras pertencentes ao "Grupo A" e ao "Grupo B", para fins do recolhimento compulsório sobre recursos à vista. SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS → Secretaria de Comércio Exterior <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre as adaptações necessárias aos procedimentos das investigações de defesa comercial e das avaliações de interesse público conduzidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA <u>PORTARIA FAZENDA/ME Nº 8.230, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Economia; da Justiça e Segurança Pública; da Infraestrutura; das Comunicações; e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 95.089.393,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA FAZENDA/ME Nº 8.229, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia e de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$ 46.817.896,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA FAZENDA/ME Nº 7.983, DE 2 DE JULHO DE 2021</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação; da Infraestrutura; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Regional; e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 982.852.303,00, para reforço de

	dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Ministério da Educação	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 74, DE 2 DE JULHO DE 2021</u> Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 275, DE 5 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre os critérios de rateio dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos Estados e ao Distrito Federal, na modalidade fundo a fundo.
Ministério do Meio Ambiente	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MMA Nº 296, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Institui a Política de Governança do Ministério do Meio Ambiente - PG-MMA. <u>PORTARIA MMA Nº 295, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Autoriza a implementação do Programa de Gestão, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e entidades vinculadas.
Ministério das Comunicações	
Ministério das Relações Exteriores	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES – Divisão de Atos Internacionais <u>MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS EXTERIORES, UNIÃO EUROPEIA E COOPERAÇÃO DO REINO DA ESPANHA SOBRE COOPERAÇÃO ESPORTIVA</u>
Ministério da Saúde	SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 2 DE JULHO DE 2021</u> Aprova as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas - Mesilato de Imatinibe no Tratamento da Leucemia Linfoblástica Aguda Cromossoma Philadelphia Positivo de Crianças e Adolescentes. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 2 DE JULHO DE 2021</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Leucemia Mieloide Crônica de Crianças e Adolescentes. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

	<u>PORTARIA SCTIE-MS Nº 43, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, os testes comerciais de sondas em linha para detecção do complexo Mycobacterium tuberculosis (MTB) e de mutações nas regiões determinantes de resistência à rifampicina e isoniazida (1ª linha) e a fluoroquinolonas e aminoglicosídeos (2ª linha). <u>PORTARIA SCTIE-MS Nº 42, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o migalastate para o tratamento de pacientes com doença de Fabry com mutações suscetíveis e idade igual ou superior a 16 anos. <u>PORTARIA SCTIE-MS Nº 41, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Torna pública a decisão de ampliar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o uso da dosagem de sirolimo para pacientes adultos com linfangioleiomiomatose. <u>PORTARIA SCTIE-MS Nº 40, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Torna pública a decisão de não incorporar o certolizumabe pegol para tratamento de pacientes com psoríase em placas moderada a grave, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. <u>PORTARIA SCTIE-MS Nº 39, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o certolizumabe pegol para o tratamento de artrite psoriásica em primeira linha de tratamento biológico (MMCD-b). <u>PORTARIA SCTIE-MS Nº 38, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a givosirana para o tratamento de pacientes adultos com porfirias hepáticas agudas. <u>PORTARIA SCTIE-MS Nº 37, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o secuquinumabe como primeira etapa de terapia biológica para o tratamento de espondiloartrite axial em pacientes adultos. <u>PORTARIA SCTIE-MS Nº 35, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a enoxaparina 60 mg/0,6 mL injetável para a prevenção de tromboembolismo venoso em gestantes com trombofilia.
Ministério do Turismo	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA MTUR Nº 3/GM, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Estabelece normas e procedimentos para a gestão do Vale-Cultura, criado pelo Programa de Cultura do Trabalhador.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB) <u>RESOLUÇÃO CFB Nº 240, DE 30 DE JUNHO DE 2021</u> Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais. CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 30 DE JUNHO DE 2021</u> Dispõe sobre a utilização e procedimentos de Política de Privacidade dos Dados das Pessoas Físicas, Jurídicas e Conveniadas, no âmbito do Conselho Federal e Regionais de Biomedicina.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
08/07/2021	<u>DECRETO Nº 65.857, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 55.660, de 30 de março de 2010, que instituiu o Sistema Integrado de Licenciamento e criou o Certificado de Licenciamento Integrado <u>DECRETO Nº 65.856, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e as medidas transitórias, de caráter excepcional, instituídas pelo Decreto nº 65.635, de 16 de abril de 2021, e dá providências correlatas
07/07/2021	<u>DECRETO Nº 65.849, DE 6 DE JULHO DE 2021</u> Altera a redação do Decreto nº 65.384, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da pandemia de COVID-19 e institui o Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para COVID-19, e dá providências correlatas
06/07/2021	<u>LEI Nº 17.383, DE 05 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico, com fundamento nos artigos 2º, inciso XIV, e 3º, inciso VI, alínea "b", da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá providências correlatas MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 251, DE 2021</u> A-nº 084/2021 (...) De minha iniciativa, a propositura, que dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico, com fundamento nos artigos 2º, inciso XIV, e 3º, inciso VI, alínea "b", da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá providências correlatas, foi aprovada com alterações introduzidas pelas Emendas de n.ºs 1, 7, 14 e 18. DOE, Seção I, 06/07/2021, p. 4

	VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 741, DE 2020</u> A-nº 083/2021 (...) De autoria parlamentar, a propositura tem por escopo instituir o denominado "Passe Equestre", emitido para permitir o trânsito livre de equinos, asininos e muares para participação em cavalgadas, desfiles, treinamentos, concursos, provas ou qualquer outra atividade ou evento de natureza cultural, desportiva ou de lazer e, ainda, para o exercício de atividades equestres de turismo, trabalho rural, policiamento ou de auxílio terapêutico no Estado de São Paulo (artigo 1º). (...) DOE, Seção I, 06/07/2021, p. 3 <u>DECRETO Nº 65.848, DE 5 DE JULHO DE 2021</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA-47, DE 8-7-2021</u> Dispõe sobre o retorno de atividades presenciais no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá providências correlatas AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) → Instituto Biológico (IB) <u>PORTARIA IB/IP-4, DE 7-7-2021</u> Cria Comitê Interinstitucional de Assuntos Relacionados ao Patrimônio Genético CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (CONSEA) <u>DELIBERAÇÃO CONSEA/SP - 3, DE 24-6-2021</u> Institui Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras e Comunidades Tradicionais e designa membros <u>DELIBERAÇÃO CONSEA/SP-5, DE 24-6-2021</u> Instituir Comissão Permanente de Articulação entre Conselhos de Direitos e Políticas Públicas em áreas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional e designar seus membros <u>DELIBERAÇÃO CONSEA/SP-4, DE 24-6-2021</u> Institui Comissão Permanente de Avaliação e Monitoramento das políticas e serviços de Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e designa membros

Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SS/SEDPcD - 1, DE 5-7-2021</u> Institui o Comitê Científico da Rede de Reabilitação Lucy Montoro e dá providências correlatas
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC-60, DE 8-7-2021</u> Altera a Resolução Seduc-56, de 21-6-2021, que dispõe sobre a transferência de recursos para aquisição de produtos de higiene íntima menstrual pelas APMs com recursos do PDDE Paulista, no âmbito da Ação Dignidade Íntima <u>RESOLUÇÃO SEDUC-59, DE 7-7-2021</u> Dispõe sobre a retomada presencial das atividades laborais no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC-58, DE 5-7-2021</u> Dispõe sobre o Projeto Recuperação Intensiva no mês de julho de 2021 e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC-57, DE 2-7-2021</u> Dispõe sobre empenho trimestral, objetivando a razoabilidade e a proporcionalidade dos recursos aplicados
Fazenda e Planejamento (SFP)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CAT - 42, DE 5-7-2021</u> Divulga a relação de estabelecimentos das entidades beneficentes e assistenciais hospitalares que fazem jus às isenções de que trata o <u>Decreto 65.718, de 21-05-2021</u>, e dá outras providências
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA-74, DE 8-7-2021</u> Institui o Projeto Piloto de Proteção das Microbacias do Rio Pardo e dá outras providências
Projetos, Orçamento e Gestão (SPOG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) COMUNICADO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS <u>LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2022</u> O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, atendendo ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal e suas alterações realizará Audiências Públicas Virtuais para as Regiões Administrativas do Estado a partir do dia 12-7-2021. (...)

Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 19, DE 7-7-2021</u> Altera a redação da Resolução PGE 68, de 11-10-2011, que disciplinou a implantação da Gratificação de Atividade Especial - GAE no âmbito da Procuradoria Geral do Estado
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-103, DE 7-7-2021</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde que especifica, a serem destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Covid-19, (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS-101, DE 5-7-2021</u> Dispõe sobre auxílio de custeio para despesas de transporte de equipes responsáveis pela retirada de órgãos para transplante e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SS-100, DE 5-7-2021</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Fígado (CTEFi), a que se reporta a Resolução SS-6, de 8-2-2019, dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SS-98, DE 5-7-2021</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Pâncreas (CTEPa), a que se reporta a Resolução SS-6, de 8-2-2019, dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SS-97, DE 5-7-2021</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Órgãos Torácicos (CTEOrgT), a que se reporta o Anexo I, item 3/3.1, da Resolução SS-6, de 8-2-2019, dá outras providências
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR - 51, DE 6-7-2021</u> Dispõe sobre normas para o Processo Seletivo Aberto para preenchimento das Vagas Remanescentes 2021/2022 e dá outras providências
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG - 196, DE 7-7-2021</u> Altera o Ato Normativo DPG 97, de 30-09-2014 (*) (*) Dispõe sobre a regulamentação do SIC – Serviço de Informações ao Cidadão, na forma da <u>Lei 12.527, de 18-11-2011</u>, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e dá outras providências
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO

09/07/2021	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 37/2021 A SECRETARIA-DIRETORIA GERAL torna público o volume de processos julgados no 2º TRIMESTRE do exercício de 2021, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular. SDG, em 08 de julho de 2021 SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 09/07/2021, p. 3
07/07/2021	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA COMUNICADO GP Nº 26/2021 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA aos jurisdicionados que no dia 31.05.2021 foi lançado o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) neste Estado de São Paulo. (...) DOE, Legislativo, 07/07/2021, p. 4
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
08/07/2021	<u>DECRETO Nº 60.362, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Acrescenta parágrafo 7º ao artigo 9º do Decreto nº 60.052, de 14 de janeiro de 2021 , que fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>